



CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE
REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DE CARCAVELOS – SUL (PPERUCS)**

RESUMO NÃO TÉCNICO



CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

AVALIAÇÃO AMBIENTAL PARA O PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DE CARCAVELOS SUL (PPERUCS) RESUMO NÃO TÉCNICO

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui um Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul (PPERUCS), plano da responsabilidade da Câmara Municipal de Cascais.

O PPERUCS, encontra-se sujeito a um processo de AAE, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, onde se introduzem alterações no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. A presente AAE baseia-se no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o qual *"estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as diretivas n.ºs 2001/42/CE, do parlamento Europeu e do Concelho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Concelho, de 26 de Maio"*.

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DA AAE

O grande objetivo da AAE é estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuindo para uma melhor sustentabilidade da gestão urbana e do processo de decisão, integrando as preocupações ambientais, sociais, económicas, políticas e institucionais nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

A metodologia utilizada no processo da AAE do PPERUCS, integra as seguintes fases principais:

1ª Fase – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental, desta fase resultou um Relatório de Fatores Críticos para a Decisão que foi sujeito a apreciação das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) (nº 3 do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho). A análise aos pareceres emitidos encontra-se no respetivo RA do PPERCUS.

2ª Fase - Análise, Avaliação e preparação do Relatório Ambiental, desta segunda fase deverá resultar um Relatório Ambiental, onde se integrará não só a síntese da análise e avaliação, reunindo e integrando todos os FCD em relação à avaliação das oportunidades e riscos (efeitos significativos de natureza estratégica) e diretrizes, incluindo os contributos do

envolvimento das autoridades e dos agentes interessados, realizado antes e durante a análise e avaliação, como também as conclusões para a decisão relativamente aos objetivos estratégicos do PPERUCS que melhor integram as questões ambientais e de sustentabilidade, bem como as diretrizes a seguir e as medidas de controlo a serem aplicadas em fase de seguimento.

A versão final do Relatório Ambiental final é elaborada após a conclusão da consulta pública e após a receção dos contributos das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PPERUCS

3ª Fase – Elaboração da Declaração Ambiental. Após a aprovação do PPERUCS será elaborada uma Declaração Ambiental, da qual conste

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no PPERUCS;
- As observações apresentadas durante a consulta pública e os resultados da respetiva ponderação;
- As razões que levaram à aprovação do PPERUCS, em prol de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente e disponibilizada ao público, para consulta.

4ª Fase – Seguimento

Esta fase consiste no desenvolvimento de um programa de seguimento, onde deverão constar diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação do PPERUCS. Deverá ainda constar desta fase a definição das formas de acompanhamento público e envolvimento de entidades competentes e agentes interessados para acompanhar o processo de implementação do PPERUCS.

3. DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO

A proposta do PPERUCS constitui o objeto da avaliação da presente AAE. A área de intervenção do plano situa-se no extremo oriental do concelho de Cascais, no sul da freguesia de Carcavelos, encontrando-se delimitada entre a Avenida Marginal (EN 6) e a praia de

Carcavelos a Sul, a Av. Tenente Coronel Melo Antunes e o interface Modal de Carcavelos a Norte, pela Av. Jorge V e o Bairro do Junqueiro a poente, e a nascente pela Estrada da Torre, o bairro do Lombos e a Urbanização da Qt.ª de São Gonçalo.

Em termos de infra-estruturas viárias, a conclusão da variante à EN 6-7 na década final dos anos 90 e simultaneamente a requalificação e arranjo do Perfil da Av. Tenente Coronel Melo Antunes bem como a construção do interface rodo ferroviário situado a norte da área de intervenção, vieram consolidar as suas excelentes condições de acessibilidade.



Localização da área de intervenção (a vermelho llmite da área de intervenção).

O PPERUCS é compatível com os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional que vigoram na respetiva área de intervenção, designadamente:

- a) Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 68/2002 de 8 de Abril.

- b) Plano de Ordenamento da Orla Costeira (**POOC**) para o troço Cidadela de Cascais – Forte de S. Julião da Barra, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 123/98, de 19 de Outubro.
- c) A nível municipal, a câmara de Cascais definiu no seu Regulamento do Plano Director Municipal (**PDM**), artigo 45º – ponto 2.3 – “Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos-Sul”, os objetivos específicos que em particular recaem sobre o território do Plano:
- Implementação de um Parque Urbano de dimensão relevante e estruturador;
 - Preservação e valorização do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses;
 - Instalação de um empreendimento multifuncional que contemple o uso habitacional, de comércio, de serviços, hoteleiro e outros.

Seguindo aquelas orientações, visa ainda o PPERUCS, os seguintes objetivos complementares:

- Implantação de equipamentos de utilização coletiva;
- Regularização da situação administrativa da Via Variante à EN 6-7;
- Instalação do estacionamento de apoio à praia (previsto no POOC).

4. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem a base estruturante da AAE. A sua identificação é feita através da integração das questões estratégicas do PPERUCS, com fatores ambientais, nomeadamente algumas orientações macropolíticas ambientais, sectoriais e de sustentabilidade, que inclui a relação com outros planos e programas de âmbito nacional e/ ou local. De seguida identificam-se e descrevem-se os FCD seleccionados.

Descrição dos FCD

FCD	DESCRIÇÃO
Uso do solo e Ordenamento do Território	Avalia a compatibilização da proposta de ocupação do solo do Plano com o equilíbrio entre o espaço urbano/espaço natural.
Sócio-Economia	Avaliar o contributo da proposta do PPERUCS, a nível da coesão social, melhoria da qualidade de vida da população, reforço da atratividade turística e fixação de atividades económicas.
Estrutura Ecológica e Valorização dos Ecossistemas e Habitats	Avaliar de que forma as ações propostas no PPERUCS previnem a fragmentação dos habitats, promovem o <i>Continuum naturale</i> , asseguram a existência de uma rede adequada de áreas favoráveis à manutenção da biodiversidade e garantem a funcionalidade das ligações primárias e secundárias da Estrutura Ecológica Metropolitana.
Qualidade Ambiental	Avallar o contributo da proposta do PPERUCS na melhoria da qualidade física do ambiente nas vertentes geologia, água, ruído, solo e resíduos conducentes à salvaguarda da saúde humana e ambiental. Avallar igualmente o contributo da proposta do PPERUCS na prevenção e minimização de riscos de chelas.
Património Cultural e Paisagem	Avaliar o contributo da proposta do PPERUCS para a salvaguarda e valorização do património arqueológico e arquitetónico, elementos importantes para a identidade histórico-cultural do município. Avaliar de que forma o Plano contribuirá para a valorização de um imóvel em vias de classificação como Valor Concelhio. Este FCD permite ainda avallar de que forma o PPERUCS contribui para a proteção e valorização da qualidade cénica e diversidade da paisagem.

A cada FCD, associam-se os critérios e um conjunto seletivo de indicadores robustos e mensuráveis, que permitirão estruturar e objetivar a AAE, isto é, permitirão por um lado avaliar e obter uma apreciação ambiental e de sustentabilidade das propostas do plano e por outro desenvolver um programa de monitorização para acompanhar e avaliar os efeitos no ambiente com a implementação do plano.

Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores por FCD

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
USO DO SOLO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Uso do solo e Ordenamento	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização da proposta de ocupação do solo do Plano com o equilíbrio entre o espaço urbano/espaço natural 	<ul style="list-style-type: none"> Área Total de Construção para os usos: habitação, comércio, serviços e equipamentos Área adecta a espaço público vs espaço privado. Capacidade de carga.
	Acessibilidade e Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o uso de modos suaves 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de Conectividade pedonal e ciclável
		<ul style="list-style-type: none"> Valorização da rede de transportes coletivos 	<ul style="list-style-type: none"> Cobertura da rede de transportes coletivos
		<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para o reordenamento do tráfego 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de conectividade da rede viária Nº de Lugares de estacionamento
	Qualificação do ambiente urbano	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o espaço público 	<ul style="list-style-type: none"> Relação da área de espaço público versus privado
		<ul style="list-style-type: none"> Criar espaços atrativos e qualificados que favoreçam práticas de recreio e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de Infra-estruturas e equipamentos de recreio e lazer Nº de Espaços Verdes
<ul style="list-style-type: none"> Criar percursos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada 		<ul style="list-style-type: none"> Acessibilidades no espaço público (Nº de Incumprimento da lei das acessibilidades) 	
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir barreiras arquitetónicas em espaço público e equipamentos públicos Garantir espaços públicos seguros 			
SÓCIO - ECONOMIA	Coesão social	<ul style="list-style-type: none"> Atração de atividades económicas e criação de novos postos de trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> Varição do emprego na atividade produtiva; Taxa de natalidade empresarial; Diversidade sectorial do emprego por conta de outrem; Nº de empregados em busca de emprego e à procura do 1º emprego; Qualificação/níveis de instrução da população; Capitação da oferta em equipamentos coletivos
		<ul style="list-style-type: none"> Promoção dos sistemas de educação, formação e inserção profissional; Novas e mais amplas respostas sociais a partir dos equipamentos coletivos; Qualificação, valorização e integração profissional da população enquanto capital humano e social 	
	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a oferta turística Complementar a oferta turística 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade hoteleira N.º de dormidas mensais Duração média da estadia Índice de sazonalidade (dormidas entre Julho e Setembro e o total anual)

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	
ESTRUTURA ECOLÓGICA E VALORIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS E HABITATS	Estrutura Ecológica, Ecossistemas e Habitats	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a valorização do curso de água e corredor envolvente através da sua integração na Estrutura Ecológica do Plano Reduzir ao mínimo indispensável eventuais áreas impermeabilizadas na área envolvente ao curso de água Adequar os usos, as características construtivas e a área de eventuais construções, a localizar na envolvente ao curso de água, ao objetivo de valorização do corredor ecológico onde o mesmo se deve integrar 	<ul style="list-style-type: none"> Integração da Estrutura Ecológica do plano em corredores ecológicos previsto no PROTAML e PDM. Área impermeabilizada Usos, área e tipologia das construções 	
	Geologia, Geomorfologia e Recursos Geológicos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a preservação do recurso geológico 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação de valores e recursos geológicos 	
QUALIDADE AMBIENTAL	Água	<ul style="list-style-type: none"> Promover um melhor aproveitamento do ciclo da água (ex: mediante o armazenamento e utilização da água das chuvas para rega) Otimização das redes de abastecimento de água para consumo e drenagem de águas residuais. 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de água População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo População servida por sistemas de drenagem de águas residuais Utilização de água por sector e tipologia Índices de Impermeabilização e de edificação 	
	Solo	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a preservação do recurso solo, mediante: Aumento da proteção do solo Diminuição da contaminação do solo Minimizar a construção nos solos de maior aptidão agrícola 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada Produção e valorização de resíduos 	
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Criar soluções de ordenamento do espaço territorial que promovam a qualidade do ambiente sonoro tendo em conta as fontes sonoras existentes e previstas. 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem da população exposta a valores superiores aos limites sonoros legalmente impostos para zonas mistas e sensíveis 	
	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a correta gestão de resíduos a nível funcional e estrutural 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de resíduos urbanos recolhidos seletivamente 	
	Riscos Naturais	Cheia	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir e mitigar a ocorrência do risco de cheia (ex: aumentar os níveis de proteção do solo) Assegurar o escoamento e a descarga adequada das águas no caso de ocorrência da máxima cheia (100 anos) Assegurar a preservação dos leitos de cheia 	<ul style="list-style-type: none"> Precipitação Áreas inundáveis Ocorrência de cheias Índices de impermeabilização e de edificação na zona ameaçada pelas cheias
		Sísmico	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção e redução do risco sísmico 	<ul style="list-style-type: none"> Vulnerabilidade ao risco sísmico
Tsunami		<ul style="list-style-type: none"> Prevenção e redução do risco de tsunami 	<ul style="list-style-type: none"> Vulnerabilidade ao risco de Tsunami 	
	Erosão Costeira	<ul style="list-style-type: none"> Acautelar os usos e ocupações que induzam perturbação de zonas com risco de 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas com ocorrência de erosão Capacidade de retenção do solo para a água 	

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
		erosão costeira como forma de salvaguardar o risco para pessoas e bens	<ul style="list-style-type: none"> Usos e ocupações que induzam perturbação na estabilidade em áreas de risco de erosão costeira
	Incêndio Florestal	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o n.º de Ignições Fomentar a compartimentação dos espaços florestais 	<ul style="list-style-type: none"> Risco e perigosidade de incêndio florestal da área em estudo % de edificação em espaços urbanos confinados ou inseridos em espaço florestal
	Incêndio em Estruturas Edificadas	<ul style="list-style-type: none"> Promover a segurança contra incêndios em edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> Número de edifícios que cumprem o Decreto-Lei 220/2008 de 12 de Novembro que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e a portaria conexa, n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro.
PATRIMÓNIO CULTURAL E PAISAGEM	Património Arquitetónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e preservação do património Arquitetónico e Arqueológico 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação de imóveis classificados ou em vias de classificação Identificação de imóveis com interesse patrimonial Identificação de áreas arqueológicas Normas de proteção e valorização do património arquitetónico e arqueológico
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar a qualidade cénica e diversidade da Paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade visual Sensibilidade e absorção visual

5. ANÁLISE DE SINERGIAS E CONFLITOS

O objetivo desta análise é de detetar sinergias e conflitos entre os objetivos estratégicos do PPERUCS. A aplicação de uma matriz permitiu identificar, para cada caso, as origens das sinergias e dos conflitos potenciais. De seguida descrevem-se os principais conflitos potenciais identificados, e que devem ser atendidos na proposta final PPERUCS.

Matriz de Sinergias e Conflitos entre Objetivos Estratégicos do PPERUCS

Objetivos	Objetivos	Objetivos	Objetivos	Objetivos	Objetivos
Implementação de um Parque Urbano de dimensão relevante e estruturador	Implementação de um Parque Urbano de dimensão relevante e estruturador				
Preservação e valorização do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses	S ₁	Preservação e valorização do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses			
Instalação de um empreendimento multifuncional que contemple o uso habitacional, de comércio, de serviços, hoteleiro e outros	C ₁	C ₂	Instalação de um empreendimento multifuncional que contemple o uso habitacional, de comércio, de serviços, hoteleiro e outros		
Implantação de equipamentos de utilização coletiva	S ₂	C ₃	S ₃	Implantação de equipamentos de utilização coletiva	
Instalação do estacionamento de apoio à praia (previsto no POOC)	-	-	S ₆	S ₇	Instalação do estacionamento de apoio à praia (previsto no POOC)

S_n Sinergia Potencial **C_n** Conflito Potencial **-** Sem Relação

Nesta análise foram identificados 3 conflitos potenciais designados C₁, C₂ e C₃ de forma a alertar para os potenciais riscos que poderão ocorrer entre os objetivos estratégicos do plano.

C₁ - Instalação de um empreendimento multifuncional que contemple o uso habitacional, de comércio, de serviços, hoteleiro e outros vs Implementação de um Parque Urbano de dimensão relevante e estruturador.

Este conflito resulta das implicações diretas e indiretas que a instalação de um empreendimento multifuncional nas imediações do Parque Urbano, nomeadamente a pressão que os vários usos propostos possam vir a ter sobre este espaço com um carácter mais natural.

Atendendo às condicionantes naturais e ambientais presentes na área do plano, as principais preocupações são:

- a salvaguarda dos recursos água e solo;
- a impermeabilização do solo;
- a alteração na drenagem natural e a infiltração das águas de escorrência superficial;
- a produção de resíduos;
- a contaminação pela eventual infiltração e degradação do solo e da Ribeira;
- a contaminação da água da Ribeira pela eventual descarga de resíduos e efluentes não tratados.

Embora se identifiquem potenciais conflitos entre estes dois objetivos do plano, importa referir que a construção de um parque urbano de dimensão relevante e estruturador, propicia condições de recreio, lazer e da prática desportiva, contribuindo para qualificar o espaço urbano e o nível de vida da população da freguesia de Carcavelos, englobando a prevista com a instalação do empreendimento multifuncional, desde que sejam tidas em consideração as condicionantes naturais e ambientais da área em estudo.

C₂- Instalação de um empreendimento multifuncional que contemple o uso habitacional, de comércio, de serviços, hoteleiro e outros vs Preservação e valorização do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses.

Este potencial conflito resulta das implicações diretas e indiretas que a criação de novos usos conjugados com o aumento da circulação de pessoas, bens e transportes, possam vir a ter sobre o território e ambiente urbano, pondo em causa as atuais funções existentes na Quinta dos Ingleses, para além da imagem e identidade deste conjunto.

A instalação de um empreendimento desta dimensão induz a alteração da dinâmica urbana atual na área de intervenção, com modificações a nível de tráfego, ruído e circulação de pessoas podendo causar perturbações no normal funcionamento do Colégio.

No que se refere à imagem e identidade do conjunto edificado da Quinta do Ingleses salienta-se a preocupação em considerar a disposição, forma, volumetria, cores e materiais utilizados nas construções a implementar, o enquadramento paisagístico do empreendimento e o planeamento das vias de circulação.

Analisando a proposta do PPERUCS, verifica-se que o mesmo teve já em consideração questões desta natureza. Por outro lado, importa referir que a localização de um novo edificado

com carácter habitacional nas proximidades de um equipamento de ensino - Colégio St. Julian's - é uma mais-valia, na medida em que estes dois usos são complementares, equilibrando a dinâmica territorial, o que não põe em causa a preservação, nem a valorização do conjunto edificado em vias de classificação, uma vez que existe uma reabilitação do mesmo.

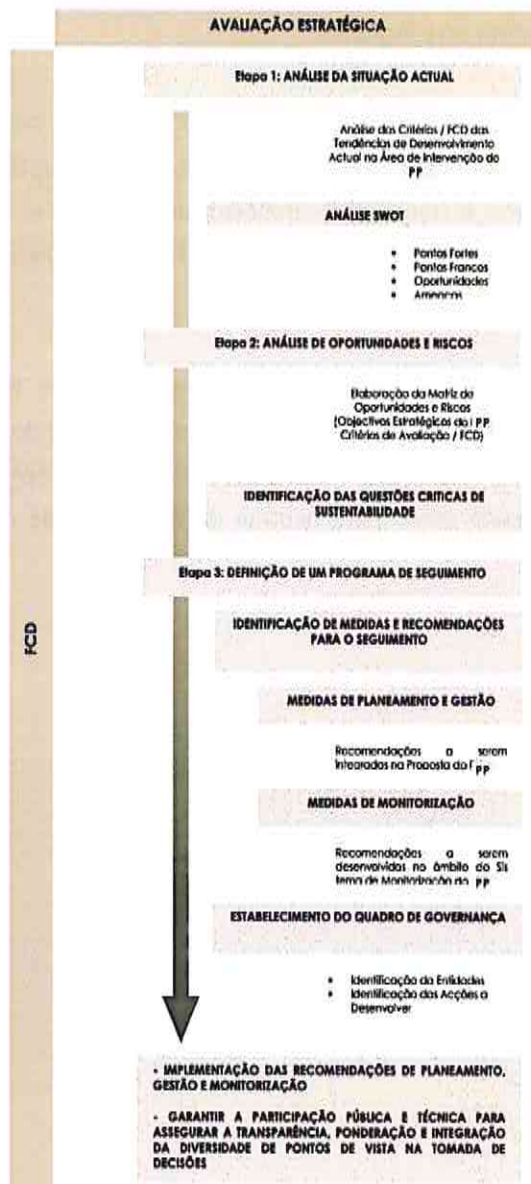
C₃- Instalação de equipamentos de utilização coletiva vs Preservação e valorização do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses.

Este potencial conflito resulta das mesmas razões apresentadas no conflito C₂, isto é das implicações diretas e indiretas que a criação de novos usos conjugados com o aumento da circulação de pessoas, bens e transportes, possam vir a ter sobre o território e ambiente urbano, pondo em causa as atuais funções existentes na Quinta dos Ingleses, para além da imagem e identidade deste conjunto.

No entanto, estes dois objetivos acabam por ser potenciadores deste "território", na medida em que é proposta uma diversidade de equipamentos, na proximidade de um conjunto edificado, cujo seu uso atual e futuro se prende com o ensino. Para além de ser um gerador de atracção populacional, tanto para residir como para usufruir da multiplicidade da oferta de serviços e valências.

6. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

A avaliação ambiental e de sustentabilidade da proposta do PPERUCS integra as seguintes etapas de análises por FCD, apresentadas na figura que se segue.



Metodologia de Avaliação Estratégica por FCD.

6.1. Análise tendencial

A caracterização da situação atual e tendencial foi estruturada por FCD, para cada um pretende-se analisar o seu estado atual, as perspetivas, oportunidades e constrangimentos de evolução e de desenvolvimento territorial na área de intervenção do PPERUCS.

A súmula desta análise informa sobre os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças que a tendência atual de desenvolvimento pressupõe, não tendo em conta as opções estratégicas do PPERUCS.

Para a clarificação e sintetização da análise tendencial de cada um dos FCD apresenta-se o quadro seguinte, onde se mencionam os respetivos aspetos mais relevantes.

FCD	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	RISCOS
Uso do Solo e Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de uma grande qualidade ambiental e paisagística Localização em rede viária estruturante que permite boas condições de acessibilidade viária Boas condições de acessibilidade multimodal Grande oferta de modos de transporte coletivo ferroviário (CP) e rodoviário (ScottUrb e da Vimeca / Lisboa Transportes) Proximidade a cidade de Lisboa Boas condições fisiográficas e climáticas para fomentar a circulação pedonal e ciclável 	<ul style="list-style-type: none"> Território expectante e ausência de estruturação, abandono, propício a atos ilícitos e situações de insegurança Sinais de degradação biofísica Estacionamento ilegal e abusivo Insuficiências na envolvente à área de intervenção na disponibilidade em espaços públicos em qualidade, dimensão e centralidade adequadas Deficiência na oferta de Espaços Verdes Públicos 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria das condições biofísicas do local Estruturação do espaço contrariando o atual estado de abandono Melhoria das infra-estruturas de estacionamento, Concretização do parque de estacionamento de apoio à praia previsto no POOC. Criação de infra-estruturas que incentivem à utilização da bicicleta e o andar a pé Recuperação e valorização da área envolvente à Ribeira de Sassoeiros de modo a potenciar a sua utilização como equipamento de uso público. 	<ul style="list-style-type: none"> Continuado abandono do espaço Aumento das condições de degradação biofísica do espaço Uso intensivo do transporte individual Aumento do estacionamento ilegal e abusivo Permanência de deficiências na oferta de estacionamentos, nomeadamente junto à praia Permanência da deficiência na oferta de Espaços Verdes Públicos
Sócio-Economia	<ul style="list-style-type: none"> População em crescimento e medianamente jovem Imagem de qualidade na oferta residencial 	<ul style="list-style-type: none"> Tendência para o envelhecimento Algumas carências na oferta de respostas sociais Limitações na oferta de empregos dirigidos para a população qualificada 	<ul style="list-style-type: none"> Grande qualidade ambiental e paisagística 	<ul style="list-style-type: none"> Elevada competitividade por parte dos territórios envolventes

FCD	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	RISCOS
Estrutura ecológica e valorização dos ecossistemas e habitats	<ul style="list-style-type: none"> Mata e Ribeira de Sassoeiros constituem elementos preponderantes na conectividade ecológica do território 	<ul style="list-style-type: none"> Abandono e degradação da mata existente, nomeadamente presença de lixos e entulhos e mau estado fitossanitário de grande número de exemplares arbóreos. Degradação ecológica da Ribeira de Sassoeiros e vale associado 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e recuperação ecológica da envolvente à Ribeira de Sassoeiros 	<ul style="list-style-type: none"> Continuado abandono e degradação da mata e Ribeira com repercussões no equilíbrio ecológico do território
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> As formações que suportam o recurso hidromineral não existem a aflorar na área do PPERUCS. Inexistência de recursos geotérmicos, na área do PPERUCS,. Inexistência de exploração de recursos minerais. Na área do PPERUCS não está referenciado qualquer aquífero, podendo, no entanto, existir na Formação de Caneças pelo carácter fraturado que os calcários apresentam. Inexistência de resíduos perigosos ou de passivos ambientais por contaminação dos solos. As concentrações de poluentes atmosféricos não violam os limites estabelecidos legalmente. As curtas distâncias das vias de circulação existem condições, do ponto de vista do ruído, adequadas para a implantação de usos sensíveis ao ruído. As áreas inundáveis ao longo do troço terminal da Rib^a de Sassoeiros não afetam zonas edificadas. Baixo risco de inundação associado às águas do mar 	<ul style="list-style-type: none"> Os solos não edificados encontram-se degradados (compactação e/ou existência de deposição de resíduos (equiparáveis a RSU e entulhos). Reduzida qualidade da água da Rib^a Sassoeiros, com reflexos na qualidade das águas na Praia de Carcavelos. Proximidade ao mar. Perigosidade de incêndio florestal Alta e Média. Risco de incêndio florestal Muito Alto e Médio. Limitações na capacidade de escoamento da Rib^a Sassoeiros. O tráfego automóvel é o principal fator condicionador da qualidade do ar e do ruído (neste caso os efeitos do tráfego ferroviário também são relevantes). 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição das descargas de efluentes não tratados para a Rib^a dos Sassoeiros. Requalificação dos solos atualmente degradados pela compactação e deposição de resíduos. Aumento da recolha seletiva, reciclagem de materiais e valorização da componente orgânica dos resíduos. Regularização da Ribeira de Sassoeiros de modo a acomodar o caudal da cheia centenária. 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de agravamento da qualidade do ar e do ruído em função do aumento do tráfego.

FCD	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	RISCOS
Património cultural e Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Área em vias classificação como Valor Concelhio. Bens patrimoniais classificados como património arqueológico no PDM de Cascais Existência de outros elementos patrimoniais com potencial histórico. Boa localização de todos os elementos edificados Pouca pressão urbanística sobre os bens patrimoniais edificados. Presença da Ribeira de Sassoeiros e da Mata Praia de Carcavelos na envolvente 	<ul style="list-style-type: none"> Bens patrimoniais edificados degradados e sem utilização atual Ausência de proteção do património arqueológico e de alguns bens edificados Degradação de elementos patrimoniais edificados (situados na envolvente da área em vias de classificação) por utilização indevida para a prática de atividades marginais Degradação dos bens patrimoniais edificados junto à ribeira por via de chelas. Espaço expectante Degradação da qualidade paisagística motivada por condições de abandono Elementos arbóreos em mau estado fitossanitário 	<ul style="list-style-type: none"> O QREN tem como um dos objetivos a preservação e valorização de património construído O programa EE-Grants coloca Portugal como um dos países com as maiores possibilidades de conseguir financiamento para a preservação de património edificado. Valorização da área não classificada como Valor Concelhio. Identificação de valores patrimoniais arqueológicos desconhecidos Melhoria da qualidade paisagística da área de intervenção Melhoria do estado fitossanitário dos exemplares arbóreos 	<ul style="list-style-type: none"> A atual conjuntura pode comprometer o processo de reabilitação do património edificado fora da área classificada. Degradação dos elementos edificados por via da ação destruidora do tempo e das atividades humanas. Destruição de valores patrimoniais arqueológicos desconhecidos Continua situação de abandono com agravamento na degradação da qualidade paisagística

6.2. Avaliação de Oportunidades e Riscos

A avaliação de oportunidades e riscos potenciais decorrentes da implementação do plano foi efetuada segundo os FCD e os respetivos critérios e indicadores. São identificadas as ações ou intervenções a desenvolver com a implementação do plano e que são suscetíveis de gerar impactes significativos no ambiente.

Apresenta-se seguidamente uma síntese da avaliação de riscos e oportunidades por FCD:

Quadro Síntese das oportunidades e riscos

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PP	Cenário 2 – Avaliação com implementação do PP
USO DO SOLO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Uso do solo e Ordenamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocupação do solo predominante herbácea-arbustiva. Área que se tem mantido à margem do crescimento urbanístico, no entanto constitui uma área expectante, em condições de abandono, revelando sinais de degradação biofísica, presença de lixos e entulhos, atos ilícitos e problemas de insegurança. ▪ Por outro lado, a presença de áreas que contribuem para reforçar o seu carácter mais natural (REN, REM, RAN e Domínio Público Hídrico). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocupação do solo predominante edificada. Aumento de áreas impermeabilizadas. Incremento populacional. Criação de espaços públicos, cuja área total é muito expressiva e, por tal, um forte contributo para a sustentabilidade ambiental. O esforço de regularização do estacionamento junto à praia no que se constituirá também como mais um instrumento de regulação e contenção da procura face à capacidade de carga desta frente de mar. É expectável que o aumento populacional criado com a implementação do plano implique um aumento de pressão na ocupação da praia de Carcavelos.
	Acessibilidades e Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prolongamento da prática de estacionamento abusivo e desregulado, de grande procura durante a época balnear e nos dias nos dias em que ocorre a Feira de Carcavelos. ▪ Tendência em desadequação das infra-estruturas de acessibilidade pedonal e ciclável à procura. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta de uma rede minimal e eficiente que se liga à rede envolvente nos pontos mais adequados. ▪ Criação de um sistema articulado, coeso e equilibrado de espaços públicos interligados por passeios pedonais, que potenciam a vivência urbana, a rede de acessos pedonais e cicláveis, tendo um efeito positivo na melhoria da conectividade a este nível. ▪ Adoção de estratégias que passam pela definição dos perfis e funções das vias, que restringem o uso do transporte individual, incentivando a valorização da rede de transportes públicos e fomentando o uso de modos suaves. ▪ Melhoria das infra-estruturas de transportes públicos que passa pela criação de uma baía de autocarros e uma praça de táxis complementares ao interface rodoviário existente. E pela implantação de um Transporte Ligeiro de Superfície, ancorado da Estação de Carcavelos. ▪ No que se refere ao estacionamento, são criadas novas "bolsas" de estacionamento. O privado afeto aos vários usos propostos assegura as dotações mínimas para assegurar a bom funcionamento urbano. O público será tarifado, numa perspectiva de fomentar o uso de transporte coletivo e da circulação em modos suaves.
	Qualificação do ambiente urbano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prolongamento no tempo das insuficiências identificadas na fase de caracterização e diagnóstico (limitações nos espaços públicos existentes quer pela sua localização quer pela sua dimensão e capacidade) e que, aliás, conduziram à formulação da proposta de intervenção nos termos em que ficou fixada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Está prevista a introdução de praças, pracetas e passeios públicos, destacando-se o Parque urbano. O tratamento mineral e vegetal será um forte contributo para um maior conforto bioclimático, maior sequestro de CO2 e valorização da imagem urbana de Carcavelos. A concretização da regularização do estacionamento junto à praia introduzirá um instrumento eficaz de controlo da capacidade carga associada ao espaço balnear.
	SÓCIO - ECONOMIA	Coesão social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção da atual situação de insuficiência na prestação de respostas sociais e outras bem como persistência de uma situação de dependência funcional face a Lisboa e concelhos vizinhos que, não ficando obviamente eliminada com o PPERUCS verá aqui um contributo assinalável.

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PP	Cenário 2 – Avaliação com implementação do PP
	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Sem solução para a viabilidade das intervenções de requalificação e valorização dos recursos urbanos e arquitetónicos seguirá intocável a tendência para fragilização das estruturas existentes. Do mesmo modo a procura em turistas e visitantes existente na costa do Sol tenderá a desvalorizar Carcavelos pelo aumento da competitividade dos territórios vizinhos 	<p>população.</p> <ul style="list-style-type: none"> Na criação de mais oferta hoteleira numa área claramente deficitária e na requalificação de áreas urbanas e arquitetónicas com valor patrimonial joga-se um corpo de oportunidades para a economia local mas também para a sustentabilidade do investimento a efetuar na valorização e manutenção da qualidade ambiental e patrimonial.
ESTRUTURA ECOLÓGICA E VALORIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS E HABITATS	Estrutura Ecológica, Ecossistemas e Habitats	<ul style="list-style-type: none"> Continuação do estado de abandono e degradação biofísica, cujo estado fitossanitário do coberto tende a agravar-se ainda mais. Prolongamento do estado de abandono e degradação da mata e Ribeira com repercussões no equilíbrio ecológico do território. 	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de um Parque Urbano de dimensão considerável, que terá um papel preponderante na conectividade ambiental e ecológica e na consolidação da estrutura verde municipal. Melhoria das condições fitossanitárias e valorização da potencialidade dos elementos naturais existentes, nomeadamente a mata e a Ribeira de Sassoeiros.
QUALIDADE AMBIENTAL	Geologia, Geomorfologia e Recursos Geológicos	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção das condições atuais. 	<ul style="list-style-type: none"> Os impactes ao nível da geologia, geomorfologia e recursos geológicos serão induzidos predominantemente aquando da realização das construções previstas: Destruição pouco significativa das formações geológicas, uma vez que as formações geológicas não constituem valores geológicos a preservar nem formações raras. As intervenções paisagísticas propostas irão dificultar a ação dos agentes erosivos, repondo a situação atualmente existente. Registo geológico inalterado para a plataforma de abrasão marinha. Sobre os recursos geológicos e recursos hídricos subterrâneos os impactes serão nulos.
	Água	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção das condições atuais de artificialização e de escoamento da ribeira que não resolve o atual caudal de cheia centenária. 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização do troço terminal da Ribª dos Sassoeiros, com resolução do caudal de cheia centenária Não ocupação das margens e área inundável da ribeira. Aumento dos consumos de água, ainda que minimizados pelas medidas previstas.

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PP	Cenário 2 – Avaliação com implementação do PP
QUALIDADE AMBIENTAL	Solo	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da situação atual (solos degradados, compactados, com deposição de resíduos) 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização dos solos de parte da área de intervenção, atualmente degradados. Aumento da impermeabilização dos solos na área de intervenção.
	Qualidade do ar	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria mais acentuada da qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> O aumento previsível do tráfego automóvel não terá correspondência direta no aumento das concentrações de poluentes no ar ambiente.
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da situação atual, com variações associadas à evolução do tráfego devida a fatores externos ao PP 	<ul style="list-style-type: none"> Apesar do aumento do tráfego, a área de intervenção terá condições adequadas, do ponto de vista do ruído, para os usos previstos, ainda que seja necessário respeitar corredores de proteção acústica de largura relativamente reduzida
	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da presença de resíduos depositados diretamente no solo 	<ul style="list-style-type: none"> Remoção de resíduos atualmente depositados no solo. Produção de resíduos (pelos usos habitacionais, de comércio e serviços) passíveis de serem geridos por sistemas existentes
	Riscos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção das condições atuais. 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição dos riscos de inundações por regularização da Rib^a dos Sassoeiros
PATRIMÓNIO CULTURAL E PAISAGEM	Património Arquitetónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> A não implementação do plano será uma oportunidade perdida para se criar em pleno concelho de Cascais uma área distinta ao nível da oferta cultural. Com a continuação da situação atual, o património existente terá tendência para se perder irremediavelmente, perdendo-se uma oportunidade única. 	<ul style="list-style-type: none"> A aplicação do plano levará à dinamização de toda a área, criando uma forte tendência para a fixação de atividades culturais e desportivas numa zona com um enorme potencial turístico. A recuperação do edificado será um fator fundamental para que não se percam as raízes da história de cada lugar, porque é isso que diferencia zonas e pessoas, assumindo por isso mesmo um peso enorme no atual processo de globalização.
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Continuação do enfraquecimento da qualidade visual e biofísica da paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da paisagem, nos seus reflexos e no modo como é apreendida, motivada pela presença de novos elementos visuais. A presença do edificado é marcante. Os espaços públicos, com especial relevância o Parque Urbano, constituem elementos de descompressão e qualificadores do território. A preservação do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses, com elevado valor patrimonial, potenciará a definição de uma unidade de paisagem cultural.

6.3. Medidas e recomendações para seguimento

O estabelecimento de medidas e recomendações de seguimento resultam da avaliação das oportunidades e riscos decorrentes da implementação do PPERUCS e dividem-se em duas categorias:

- Medidas e recomendações de planeamento e gestão a serem integradas diretamente na proposta do PPERUCS.

- **Medidas e recomendações de monitorização** com o objetivo de avaliar o desempenho ambiental e identificar atempadamente efeitos negativos decorrentes da implementação do PPERUCS.

Com vista a apoiar a implementação do PPERUCS, com base nos resultados da avaliação estratégica realizada desenvolveu-se um conjunto de medidas e recomendações de planeamento e gestão, e monitorização do plano, e que se apresentam sintetizadas de seguida.

Medidas e recomendações de planeamento e gestão

Fase de Construção

Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra. Caso seja necessário proceder à abertura de novos acessos ou ao melhoramento dos acessos existentes, as obras devem ser realizadas de modo a reduzir ao mínimo as alterações na ocupação do solo fora das zonas que posteriormente ficarão ocupadas pelo acesso.

Revestir com vegetação, o mais rapidamente possível, os solos decapados, de modo a evitar a sua exposição prolongada aos agentes erosivos;

Após a desocupação dos locais de estaleiro, promover a reposição dessas zonas no seu estado anterior, por descompactação e arejamento dos solos e/ou cobertura com terra vegetal e implementação de um plano de recuperação paisagística;

Restringir as operações de reabastecimento e manutenção de máquinas a áreas próprias nos estaleiros, por forma a reduzir a probabilidade de ocorrência de derrames no solo. Caso não seja tecnicamente viável, estas operações deverão ser conduzidas com especial atenção e com o recurso a bacias de contenção;

Incluir a planificação de uma circulação ordenada dos veículos e maquinaria pesada necessários à obra e implementação de desvios alternativos eficazes e adequada sinalização dos mesmos.

As obras de alargamento do túnel na EN6 e da construção da passagem superior sobre a EN 6-7 deverão ser feitas com o mínimo de incomodidade social e de condicionamentos à circulação, nunca colocando em causa a segurança do tráfego na EN6 e na EN 6-7 (preferencialmente fora da época balnear).

Assegurar uma fácil circulação de toda a população e uma sinalização adequada dos acessos alternativos.

Planificar atempadamente os locais de circulação e estacionamento dos veículos e maquinaria pesada, evitando o centro urbano e vias de maior tráfego.



Medidas e recomendações de planeamento e gestão

Assegurar que a execução dos trabalhos mais ruidosos seja efetuada durante o dia.

Informar adequadamente a população mais diretamente afetada sobre a obra e das alterações a efetuar no âmbito do PP, nomeadamente desvios de trânsito e circuitos pedonais, faseamento, duração e data prevista para finalização, especificidade e tipo de obra.

Escolher adequadamente os locais onde se irão colocar os estaleiros, e todas as áreas de depósitos de materiais, evitando as proximidades de zonas habitacionais e terrenos agrícolas.

As áreas dos estaleiros e obras deverão ser afastadas, tanto quanto possível da Ribeira. E apresentarem-se adequadamente vedadas, sinalizadas e iluminadas, atendendo à legislação em vigor, de forma a evitar eventuais acidentes com a população local.

Sempre que possível deverá recorrer-se à mão-de-obra local para a execução dos trabalhos de construção, promovendo o incremento da taxa de emprego.

Contemplar medidas para evitar a destruição desnecessária de manchas de vegetação, de forma a minimizar o impacto ambiental.

Durante a desmatção e limpeza do terreno, assegurar a devida proteção aos exemplares e manchas de vegetação e manter através de cintas protetoras ou de sinalização dos mesmos.

Reduzir a movimentação de terras às zonas onde se prevê (ao nível do projeto) a necessidade de cortes de cotas em aterro ou escavação.

Limitar a circulação de máquinas às zonas estritamente necessárias, salvaguardando as zonas mais sensíveis e instáveis junto ao leito da ribeira.

Para a generalidade das áreas verdes previstas, o projeto de paisagismo deverá prever a integração de todas as árvores possíveis de serem mantidas, tendo em conta as



Medidas e recomendações de planeamento e gestão

alterações da topografia previstas, a área a edificar e o estado fitossanitário das mesmas.

Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra. Caso seja necessário proceder à abertura de novos acessos ou ao melhoramento dos acessos existentes, as obras devem ser realizadas de modo a reduzir ao mínimo as alterações na ocupação do solo fora das zonas que posteriormente ficarão ocupadas pelo acesso.

Sempre que se verificarem obstáculos à passagem de água provocados pelo arrastamento de terras ou outros materiais produzidos ou utilizados nas obras, efetuar uma correta limpeza da linha de água.

Assegurar o transporte de águas pluviais e de esgotos de forma a que não ocorram descargas acidentais que venham a poluir os solos e a linha de água.

Não permitir a descarga direta no solo de poluentes (produtos químicos, entulhos, betumes, óleos, combustíveis, resíduos sólidos e outros materiais residuais da obra) e evitar o seu derrame acidental.

Definir operações de armazenagem em locais e em contentores específicos para todo o tipo de materiais residuais produzidos na área afeta à obra.

Definir operações de transporte de todo o tipo de materiais residuais produzidos, na área afeta à obra, para destino final adequado a cada um, tendo em conta o seu tratamento, valorização, ou eliminação.

Assegurar a remoção de todo o tipo de materiais residuais produzidos na área afeta à obra, evitando que esta seja de polo de atração para a deposição inadequada de outros resíduos por terceiros.

Após conclusão dos trabalhos na fase de construção, limpar todos os locais do estaleiro e zonas de trabalho, devido à possibilidade de permanência de resíduos que, mesmo em baixas concentrações, podem afetar, a longo prazo, os solos e a qualidade da água.



Medidas e recomendações de planeamento e gestão

Após o término da fase de construção proceder à escarificação dos terrenos nas zonas mais compactadas pelas obras, de forma a conseguir o restabelecimento das condições naturais de infiltração e de armazenamento dos níveis aquíferos locais.

Atendendo ao enquadramento urbano da área de intervenção do PPERUCS, à tipologia de intervenções previstas e tendo em atenção a importância da qualidade ambiental para a vivência do espaço e para algumas das atividades que aí têm lugar, considera-se necessário prever a elaboração de um plano de articulação, por um lado, com a população residente na envolvente e, em particular, com o Colégio St. Julian's.

No geral, será bastante vantajosa a definição e implementação de mecanismos de informação à população sobre o planeamento e andamento dos trabalhos e, simultaneamente, para a recolha de pareceres, sugestões ou queixas.

Tendo em vista a otimização da gestão das terras de escavação e para aterro na área de intervenção, recomenda-se a definição de um plano que integre as diferentes empreitadas, e os respetivos planos de trabalhos, procurando colmatar eventuais desfasamentos temporais com a criação de áreas de armazenamento (pargas) das terras para utilização posterior.

Verificando que do levantamento efetuado foi inventariado um depósito de combustível abandonado deverão ser tomadas as medidas previstas na legislação em vigor com vista à recolha e tratamento de resíduos perigosos. Deverá ser verificada a necessidade de descontaminação do local e qual o grau de contaminação.

Atendendo a que a Rib^a dos Sassoeiros atravessa a área do Parque Urbano e desagua imediatamente a seguir na Praia de Carcavelos será relevante prever um plano de minimização da erosão hídrica na zona de intervenção, com vista a diminuir o caudal sólido que possa vir ser transportado pela Rib^a de Sassoeiros e depositado na praia durante a realização das obras.

Realização de sondagens geotécnicas, antes da construção do edificado previsto pelo plano.

Relativamente às invasoras detetadas – rfcio, acácias, canas e mulatas – deverão ser eliminadas através de corte e aplicação de herbicida sistémico e não residual (com glifosato com princípio ativo, numa concentração de 1:1 quando a concentração do produto seja de 360g/L) no ceppo imediatamente após o corte, ou por corte e aplicação do



03493

Medidas e recomendações de planeamento e gestão

mesmo tipo de herbicida quando a rebentação de novos ramos e folhas atingir cerca de 50 cm (cinquenta centímetros) de altura. Pelo menos nas acácias está provado que a remoção do sistema radicular, por nunca ser completo, auxilia a sua propagação, pelo que é desaconselhável.

Promover o acompanhamento das obras por um arqueólogo nas áreas definidas no relatório da empresa Neosépica e aprovadas pelo IGESPAR (áreas situadas nos sectores II, IV e V, indicadas em planta na informação 50/2009 da Divisão do Património Histórico-Cultural do IGESPAR, enviada à Câmara Municipal de Cascais a 27 de Junho de 2009).

Garantir a integração dos elementos edificados que se encontram fora da área classificada como Valor Concelhio, e que não vão ser demolidos, no futuro Parque Urbano.

É necessário salientar a dificuldade inerente à concretização de qualquer correção de um impacto paisagístico, já que toda a obra irá originar, inevitavelmente, uma alteração irreversível no território. No entanto a adoção das seguintes medidas de minimização deverá, com o tempo, reduzir o impacto sobre a paisagem:

- Localizar as áreas de apoio à construção (estaleiros, áreas de depósito e empréstimo de materiais) em zonas de menor sensibilidade paisagística e em locais de impacto visual mínimo, preferencialmente afastadas de áreas condicionadas (REN, etc.), de linhas de água ou próximas de aglomerados populacionais;
- Instalar barreiras físicas nas áreas onde se desenvolvem trabalhos, incluindo áreas de estaleiro e de parque de máquinas, de modo a proteger as populações da desorganização espacial;
- Proteger toda a vegetação arbustiva e arbórea existente nas áreas não atingidas por movimentos de terra;
- Definir percursos para a circulação de maquinaria aproveitando, sempre que possível, caminhos existentes sobretudo nas zonas de maior sensibilidade paisagística;

Fase de Exploração

Nas áreas de REN, recomenda-se o desenvolvimento de ações / projetos que visem a preservação e valorização dos recursos cujo valor ambiental e ecológico suportam a biodiversidade local, salvaguardando a sua exploração continuada e sustentável, que integre a participação dos locais.

Garantir a manutenção da mata por parte das entidades públicas ou de grupos de cidadãos, de forma a evitar a situação atual em que a mesma se encontra.



Medidas e recomendações de planeamento e gestão

Taxa de Cobertura da rede de transportes coletivos: Recomenda-se que 50% da população e dos usos não habitacionais esteja localizada a menos de 5 minutos e 90% da população e dos usos não habitacionais a menos de 15 minutos dos eixos servidos por transportes coletivos.

Estacionamento público: Recomenda-se a tarifação da generalidade do estacionamento público da zona.

Recomenda-se sejam tomadas medidas a implementar nas fases seguintes de desenvolvimento, concretização e exploração dos investimentos previstos no PPERUCS destinadas a maximizar a captação dos benefícios económicos e sociais gerados pelos projetos ao nível local e/ou regional. Para isso, recomenda-se que nessas fases seja dada preferência à contratação de recursos humanos oriundos da região, bem como ao aproveitamento de bens e serviços provenientes da região.

São ainda de recomendar todas as ações e iniciativas que possam contribuir para um processo de seguimento das estratégias de desenvolvimento económico previstas ao nível do PPERUCS, tendo em conta a avaliação da sua consistência, integração e concordância com eventuais iniciativas de âmbito regional que venham a ser desenvolvidas.

Atendendo que para os bio resíduos é prevista a compostagem, acauteia-se que esta operação poderá carecer de licenciamento nos termos do Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de Junho.

No sentido de garantia de cumprimento dos limites regulamentares aplicáveis, entende-se necessária a aplicação de camada de desgaste de tipo pouco ruidosa (por exemplo BMB) na Avenida Tenente Coronel Melo Antunes, como medida de minimização de ruído.

Destá forma e considerando a Medida de Minimização de Ruído referida a largura do corredor de proteção acústica da Avenida Tenente Coronel Melo Antunes (Poente) será de 6m.

Na elaboração dos projetos e sua construção, deverão ser contemplados os regulamentos em vigor relativos à prevenção dos riscos de incêndio em edifícios, designadamente o Decreto-Lei 220/2008 de 12 de Novembro e portaria conexa, n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro.

Aplicação das normas de construção anti-sísmica à conceção e construção de todo o edificado e infra-estruturas propostas pelo Plano, explicitadas na regulamentação nacional



Medidas e recomendações de planeamento e gestão

e europeia aplicável.

A vulnerabilidade que a área do PPERUCS apresenta relativamente e um eventual tsunami dificulta a aplicação de medidas preventivas para além das já existentes e das previstas no Plano. O afastamento à linha de costa e as cotas definidas para as construções são as principais medidas a aplicar. Por outro lado, qualquer medida a aplicar na linha de costa vai para além do âmbito do PPERUCS e deverá ser entendida com um âmbito regional ao nível de toda a linha de Cascais.

Na faixa de proteção de 50 m (cinquenta metros) contendo da frente habitacional a Este do Parque Urbano proposto e a Estrada da Torre dever-se-á proceder a desbaste (corte de árvores) de forma que as copas distem no mínimo 2m (dois metros) entre si. Atendendo, na faixa em questão, à existência de pinheiros muito inclinados sobre a rede viária e prédios, árvores caídas e partidas, o desbaste deverá incidir primeiramente nos exemplares mortos, partidos, caídos, mal conformados, dominados ou decrépitos, promovendo uma condição fitossanitária mais saudável e a substituição dos exemplares decrépitos através da regeneração natural ou plantação de árvores jovens, considerando mesmo a alteração da espécie, usando por exemplo o pinheiro-manso (Pinus pinea - de maior longevidade, mais resistente ao vento, fogo, pragas e doenças), ou o zambujeiro. As árvores remanescentes deverão ser desramadas até 50% (cinquenta por cento) da altura da árvore até que esta atinja 8m (oito metros), altura a partir da qual a desramação deverá alcançar no mínimo 4m (quatro metros) acima do solo. Os arbustos deverão ficar individualizados e nunca junto do tronco das árvores, de modo a que as sua folhagem diste, no mínimo, 1m (um metro) entre si e os troncos das árvores."

Nas faixas de proteção de 10 a 20 m (dez a vinte metros) em redor das infra-estruturas, existentes a manter e projetadas a construir, bem como nas faixas de proteção de 10 m (dez metros) de cada lado da rede viária, proceder de modo idêntico ao acima descrito.

Nos núcleos de regeneração natural de jovens pinheiros-de-Alepo, se coincidir com área de mata a manter, deverá ser considerado desbaste periódico e correto (de modo que as copas distem entre si cerca de um metro após o desbaste), de modo a encaminhar estas árvores, que se encontram de momento abrigadas dos ventos, podendo as mesmas atingir troncos direitos e maiores crescimentos.

Nos projetos a realizar garantir a constituição de uma estrutura verde organizada tanto quanto possível por corredores e manchas de conectividade ecológica, sejam ao longo das vias de acesso como na criação de diversos espaços verdes de uso público e privado. Recomenda-se a preservação tanto quanto possível da vegetação existente e a consolidação e plantação de vegetação com espécies autóctones ou tradicionais da paisagem por serem preponderantes na manutenção do potencial genético, em estratégias de manutenção dos espaços verdes, como na diminuição de consumos de água para a rega.



Medidas e recomendações de planeamento e gestão

Garantir em boas condições fitossanitárias, todos os espécimes arbóreos existentes na área de intervenção.

Manter em bom estado de funcionamento, a rede de rega e os equipamentos associados, de modo a minimizar perdas de água no sistema.

No caso das águas pluviais reaproveitadas para rega efetuar a monitorização das mesmas, tendo em conta os valores constantes Anexo 19 do DL nº 236/98 de 1/8 (qualidade das águas destinadas à rega).

Na manutenção dos espaços verdes deverá recorrer-se, o mínimo possível a agentes pesticidas, adubos, fertilizantes e fitofármacos.

A aplicação de fertilizantes e de pesticidas, não coincidir com os períodos de maior precipitação, uma vez que nesta altura aumenta o volume de água que faz circular os poluentes mais solúveis em profundidade.

Não utilizar pesticidas móveis e persistentes na água ou que possam formar substâncias tóxicas, persistentes ou bioacumuláveis.

No que respeita ao património cultural recomenda-se o desenvolvimento de atividades de exploração dos elementos patrimoniais recuperados, em função do projeto de recuperação do edificado que vier a ser elaborado e aprovado.

Garantir a elaboração de projetos consentados para o edificado que vise a integração harmoniosa do mesmo na paisagem considerando aspetos como a forma, volumetria, cor e materiais.

Garantir a elaboração de Projetos de Integração Paisagística para toda a área abrangida pelo PPERUCS;

De forma a garantir a integração paisagística e valorização do Projeto, os Projetos de Integração Paisagística, deverão:



03495

Medidas e recomendações de planeamento e gestão

- Assegurar a utilização de vegetação bem adaptada edafoclimaticamente (preferencialmente espécies autóctones), estratégias de diminuição de consumos de água de rega, utilização de materiais vegetais, inertes e equipamentos resistentes e de boa qualidade.
- Considerar a manutenção das áreas sujeitas a revestimento vegetal, de forma a assegurar a preservação do coberto vegetal e a estabilização dos taludes. Estas ações deverão incluir a fertilização, retanchas, sementeiras nas zonas que se apresentem com um revestimento deficiente, cortes da vegetação, substituição de exemplares em mau estado fitossanitário e a reparação das zonas que se apresentarem erosionadas;
- Assegurar que a vegetação, incluindo a que vai sendo introduzida com as retanchas, respeita os critérios anteriormente definidos;
- Aferir da eficácia das medidas de recuperação e integração paisagística adotadas e proceder à sua eventual correção.



Medidas e recomendações de monitorização

Monitorizar a qualidade ambiental e preservação das áreas sob o regime de REN.

Acessibilidades no Espaço Público: monitorizar o cumprimento da lei das Acessibilidades.

Estacionamento público: monitorizar a aplicação efetiva da tarifação do estacionamento, bem como a existência de eventual estacionamento ilegal e abusivo.

Estacionamento para a tomada e largada de passageiros de serviço ao Interface Multimodal: Deverá ser ativamente fiscalizado e punido o estacionamento ilegal e abusivo nas proximidades do Interface Multimodal. Recomenda-se assim, a monitorização do usos efetivo deste parque de estacionamento, de modo a que o mesmo tenha sempre lugares disponíveis e apropriados à procura, adequando os tempos de permanência gratuito e/ou a sua dimensão.

População cativa por atividades económicas - Avaliação anual dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) por sector de catividade.

Diversificação da catividade económica - Avaliação anual do equilíbrio intersectorial mas sobretudo no seio do sector terciário.

Diversidade do emprego - Avaliação anual dos TCO por sectores e por ramos do terciário.

Postos de trabalho diretos e indiretos - Avaliação e distinção das atividades principais e secundárias a partir do volume de emprego gerado.

Qualificação/níveis de instrução da população - Avaliação anual do número de alunos nos sistemas formais de ensino e formação profissional, com destaque para as esferas do comércio e turismo.

Tipologia e diversidade dos equipamentos – Levantamento anual da oferta em respostas sociais e culturais.

Capacidade/qualificação da oferta turística - Avaliação anual da capacidade turística oferecida e respetiva qualidade.

Medidas e recomendações de monitorização

Dormidas mensais - Avaliação anual do volume de dormidas em estabelecimentos hoteleiros da freguesia.

Duração média da estadia - Avaliação anual da duração média da estadia em estabelecimentos hoteleiros da freguesia.

Espaços verdes - Capitação de espaços verdes per capita.

Espaços públicos - Capitação de espaços públicos per capita.

Mobilidade - Extensão de vias pedonais e cicláveis per capita.

Infra-estruturas e equipamentos de recreio e lazer.- Avaliação anual da capacidade em infra-estruturas e equipamentos de recreio e lazer.

Monitorizar o estado ecológico da área envolvente à Ribeira de Sassoeiros.

Monitorizar o incremento da área ocupada por espaços verdes.

Monitorizar a conectividade entre os corredores e espaços verdes.

Monitorizar o estado fitossanitário dos exemplares arbóreos.

No âmbito do FCD Qualidade Ambiental assumirá particular importância a monitorização dos fatores que, como o ruído e a qualidade do ar, mais facilmente podem gerar situações de incomodidade e mesmo colocar em causa a saúde pública.

Assume-se a continuidade da monitorização da qualidade das águas balneares nos termos que tem vindo a ser realizada.

6.4. Quadro de governança para a ação

A definição do quadro de governança é fundamental para o sucesso da implementação do PPERUCS uma vez que o êxito deste plano não está somente dependente da entidade promotora, mas igualmente de um conjunto de entidades, que através das suas ações, contribuem direta ou indiretamente para essa finalidade.

O quadro de governança para o PPERUCS é destinado a apresentar o conjunto de entidades que, através das suas ações, contribuem direta ou indiretamente para assegurar o cumprimento das Medidas e Recomendações de Seguimento propostas.

ENTIDADES	ACÇÕES A DESENVOLVER
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e monitorizar os serviços de transportes terrestres.
CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo)	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais. • Manter atualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental, nomeadamente no que se refere aos regimes ecológicos da RAN e da REN. • Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização ambiental nomeadamente ao nível do estabelecimento e dinamização de corredores ecológicos
Câmara Municipal de Cascais	<ul style="list-style-type: none"> • Manter o diálogo institucional com as várias escalas de planeamento supramunicipal. • Monitorizar o incumprimento da Lei das Acessibilidades. • Implementar, gerir e monitorizar as ações do Plano. • Garantir a gestão e manutenção dos espaços públicos. • Acompanhar a implementação das intervenções com impacto na coesão social, turismo e ambiente urbano. • Monitorizar as consequências das medidas e ações propostas no FCD Sócio-economia. • Promover a preservação da Ribeira de Sassoeiros e área envolvente. • Promover a recuperação e revitalização de áreas verdes de valor ecológico e de novas áreas verdes. • Definir e implementar um plano de relacionamento com a população. • Implementar sistemas de monitorização da qualidade do ar (em articulação com a CCDR-LVT) e do ruído na área de intervenção. • Promover projetos qualificadores da paisagem • Assegurar a manutenção dos espaços públicos; • Atualizar a carta de património arqueológico concelhio.
Junta de Freguesia de Carcavelos	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da implementação das intervenções com impacto na coesão social, turismo e ambiente urbano. • Monitorizar as consequências das medidas e ações propostas no FCD Sócio-economia.
Gisparques	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar o estacionamento tarifado. • Garantir a aplicação das tarifas de estacionamento.

ENTIDADES	ACÇÕES A DESENVOLVER
REFER	<ul style="list-style-type: none"> Adequar as infra-estruturas e os serviços ao nível de procura. Garantir a modernização da ferrovia, passando pela renovação das estruturas.
IGESPAR	<ul style="list-style-type: none"> Encetar contactos de forma a definir critérios para a recuperação dos bens patrimoniais edificados.
Estradas de Portugal, EP	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a gestão e monitorização do tráfego.
EMAC	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o envolvimento nas fases subsequentes de concretização do PP para confirmação da colocação dos equipamentos e dos circuitos de recolha indiferenciada e seletiva.
População em Geral	<ul style="list-style-type: none"> Integrar movimentos e associações culturais e de proteção do ambiente. Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental.

7. CONCLUSÃO

A reestruturação do espaço de Carcavelos-Sul segundo os objetivos estratégicos traçados pelos principais IGT e programas que sobre ele impendem, constitui uma oportunidade soberana de ordenar e reintegrar no tecido consolidado da freguesia de Carcavelos, através da figura de Plano de Pormenor, um espaço presentemente pouco edificado e ainda relativamente naturalizado, todavia desestruturado, inseguro e com sinais claros de degradação biofísica.

A proposta de plano estabelece o equilíbrio entre os diferentes tipos de usos e na relação destes com a envolvente. O PPERUCS promove a mistura de usos e atividades, com vista a um ambiente urbano que se pretende sustentável, reduzindo assim o tempo em deslocações e os consumos energéticos dos transportes, incentivando as deslocações pedonais ou em bicicleta e contribuindo para o esforço de diminuição das emissões de CO₂.

Se forem criadas condições propícias de base, (como se verifica neste plano de pormenor), as populações tendem, por uma questão de melhoria da qualidade de vida e económica, a residir nas proximidades do seu local de trabalho e das áreas com maior oferta de comércio e serviços, minimizando os movimentos pendulares através da redução do tempo despendido nas deslocações casa/trabalho e casa/comércio/lazer/equipamentos refletindo-se num encurtamento da duração das obrigações quotidianas e, conseqüentemente, a possibilidade de ampliar o tempo livre.

Por outro lado o PPERUCS permite assegurar a diversidade de espaços para os diferentes sectores de catividade, (por exemplo comércio, serviços, hotelaria ...), apoiados por uma rede equipamentos universal, contribuindo para uma complementaridade de funções e valências que se opõe assim à mono-funcionalidade inibidora de um desenvolvimento urbano sustentável.

No que se refere à mobilidade, os conceitos e a estratégia de intervenção delineados no PPERUCS, configuram uma qualificação do ambiente urbano e uma minimização dos impactes ambientais, nomeadamente os que se relacionam com a emissão de gases com efeito de estufa e com o consumo energético.

Também neste domínio, o plano potencia os modos suaves (peões e bicicletas) e os transportes públicos em detrimento do automóvel explorando respetivamente a proximidade do interface e as condições topográficas favoráveis, aspetos que são sintetizados num desenho urbano universal, enquadrado pelo DL 163-2006.

A promoção de uma boa acessibilidade às estruturas edificadas de comércio e serviços e aos equipamentos coletivos, facilitando a utilização dos modos de deslocação mais sustentáveis, foi cuidadosamente tida em conta na definição das opções de intervenção.

O PPERUCS é marcado positivamente por uma forte diversidade das intervenções propostas, caracterizadas por exercerem, previsivelmente, efeitos diretos ou a médio prazo na coesão social, na qualificação territorial e na competitividade. A sua implementação permite corrigir algumas insuficiências (emprego, equipamentos...) e disfunções tais como a falta de uma oferta equilibrada de comércio e serviços, apostando em particular na manutenção e recuperação patrimonial com vista ao desenvolvimento de toda uma área que promova a qualidade de vida, na Freguesia de Carcavelos.

Do ponto de vista da qualidade do ambiente, o PPERUCS concretiza vários objetivos de sustentabilidade e de requalificação pretendidos para a intervenção, à luz da Agenda 21 Local, que trarão efeitos positivos inerentes à sua aplicação a médio e longo prazo, podendo assim vir a configurar-se como um bom exemplo de planeamento sustentável.

A concretização do Parque Urbano, elemento central da proposta, englobando o "corredor verde" pré-definido pela Ribeira de Sassoeiros, salvaguarda a continuidade da Estrutura Ecológica Municipal definida para o Concelho e contempla ações que beneficiarão a área

atualmente semi-abandonada, suprimindo também amplamente a necessidade de espaços verdes públicos na freguesia de Carcavelos.

Entre essas ações importa destacar a regularização desta linha de água com vista à resolução do caudal de cheia centenária, através de uma solução hidráulica ecológica, que valoriza a importância do vale naturalizando as suas margens e que preserva a memória do local, incorporando o canal hidráulico histórico existente e o muro da antiga Quinta Nova de Santo António. A valorização da ribeira nestes moldes permite a sua integração harmoniosa no parque urbano.

No que respeita ao Património Cultural, na área em vias de classificação como Valor Concelhio foram identificados elementos distintos que constituem o núcleo histórico da Quinta Nova de Santo António ou dos Ingleses (imóvel em vias de classificação como Valor Concelhio). Estes elementos, designadamente o Palácio, a Torre de Água, e a Alameda, assumem-se como diferenciadores da paisagem e uma mais-valia cultural para a zona. Eles representam a própria evolução histórica do imóvel e são eles a principal razão do processo de classificação.

Fora da área classificada foram identificados outros elementos de interesse patrimonial, que serão integrados na proposta do plano, através de cuja preservação se pretende fortalecer a memória histórica do local para as gerações vindouras.

No final da implementação do plano, a reestruturação do espaço do PP e a presença dos novos elementos visuais propostos definirão uma paisagem integrada com a envolvente construída e bem consolidada. Tendo em consideração o atual estado de semi-abandono e degradação biofísica da área de intervenção, é possível apontar para uma melhoria da qualidade visual da paisagem, com especial relevância para o Parque Urbano, que ocupa uma área significativa do PP e constitui o principal espaço público de descompressão e qualificador do território.

A AAE na sua globalidade conclui que, face à falta de estruturação da área de intervenção, a implementação do PPERUCS constitui uma linha estratégica a privilegiar para a sua reconversão, devidamente alicerçada em princípios de sustentabilidade.